

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 194/195

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

|                               |                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> ..... | <i>Valdir Rossoni</i>             |
| <i>PFL</i> .....              | <i>Plauto Miró Guimarães</i>      |
| <i>PTB</i> .....              | <i>Ademar Traiano</i>             |
| <i>PMDB</i> .....             | <i>Orlando Pessuti</i>            |
| <i>PPB</i> .....              | <i>Tony Garcia</i>                |
| <i>PT</i> .....               | <i>Péricles de Holleben Mello</i> |
| <i>PDT</i> .....              | <i>Edgar Bueno</i>                |
| <i>PSDB</i> .....             | <i>José Maria Ferreira</i>        |
| <i>PL</i> .....               | <i>Pastor Edson Praczyk</i>       |
| <i>PSB</i> .....              | <i>Ricardo Maia</i>               |
| <i>PSC</i> .....              |                                   |
| <i>PSL</i> .....              | <i>Edno Guimarães</i>             |
| <i>PST</i> .....              | <i>Divanir Braz Palma</i>         |

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE DEZEMBRO DE 1999**

*(quinta-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Antonio Annibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2748**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 605/99, por 5 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 2753**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária, de 13 de dezembro, em Comissão Geral de Plenário, para votação relativa aos Projetos de Lei nº 015/96, 501/99, 634/99, 606/99 e 562/99.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Antonio Baratter, Divanir Braz Palma, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes Litro, Beto Richa, Hermas Brandão, Antonio Belinati, Chico Noroeste, Geraldo Cartário, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk e uma ilegível.

**REQUERIMENTO Nº 2752**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Celso Fumio Makita, ocorrido no último dia 08 de dezembro em Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a família enlutada através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil nº 1620, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2750**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelo 3º aniversário de Emancipação Política do Município de Tamarana, comemorado no dia 12 do corrente mês.

Requer ainda, seja dado ciência ao Senhor Edison Siena, Prefeito Municipal, e ao Senhor Ademir Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Tamarana foi criada pela Lei nº 11.224 em data de 13.12.95, atendendo aos anseios daquela comunidade.

Oficialmente instalado em 12 de dezembro, o município vem se desenvolvendo graças a atuação de seu primeiro Prefeito, Edison Siena.

O Município de Tamarana, atualmente com 10.012 habitantes, tem como principal fonte de renda a agricultura e agropecuária.

A cidade da região metropolitana de Londrina está comemorando seu terceiro aniversário de Emancipação Política, com festividades que reunirão aquela comunidade pujante.

A Câmara Municipal de Vereadores é presidida pelo Senhor Ademir Ferreira, e composta pelos seguintes Vereadores: Adilson Siqueira dos Santos, Elza Silvestre Barbosa, Josué Batista Pinto, Manoel Yoshio Goto, Orlando Barbeiro Fernandes, Plínio Pereira de Araújo Júnior e Ubaldino Torres Bittencourt.

#### REQUERIMENTO Nº 2751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Serviço Social do Comércio - SESC-Centro, pela passagem de seus 40 anos de instalação na Capital do Estado do Paraná, ocorrida na data de 29 de outubro do corrente ano.

Desde o ano de 1959, o Serviço Social do Paraná - SESC-Centro, tem prestado relevantes serviços à comunidade curitibana e da Região Metropolitana, fornecendo, durante todo o ano, atividades sociais, lazer, cultura e orientação na área da saúde aos seus associados. Entre as diversas atividades, que visam o aumento de qualidade de vida dos comerciários e de seus dependentes, destacam-se palestras e cursos nas áreas de saúde, segurança e alimentação, ensino fundamental e médio para jovens e adultos, cursos de música, artesanato, idiomas, teatro, fotografia, artes plásticas e cênicas, cursos de atualização profissional e eventos envolvendo as áreas de saúde, cultura, terceira idade e esportes.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) NELSON JUSTUS

### Projeto de Lei:

#### POROJETO DE LEI Nº 645/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand - A.D.A.V., com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand - A.D.A.V., é uma

sociedade civil, de direito privado, filantrópico, assistencial, não remunerando de nenhuma forma seus membros, e que tem por objetivo a integração social do deficiente visual e de áudio-comunicação na comunidade, visando a reabilitação e integração social dos deficientes, através da educação, formação e encaminhamento profissional e técnico, promovendo reuniões e debates, conferências e círculos de estudos para pais, professores e público em geral, bem como defendendo o direito dos deficientes áudio-visuais, preenchendo todos os requisitos exigidos por lei para declaração de Utilidade Pública, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa para aprovação deste projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares.

Ocupo a tribuna, para registrar em primeiro lugar, o incrível e lamentável acidente que sofreu a irmã do Deputado Federal Ricardo Barros, Cristina Barros, na Cidade de Maringá, anteontem, na qual, infelizmente, veio a falecer.

Ontem estivemos lá com a nossa Governadora em exercício, Emilia Belinati, acompanhados da Deputada Serafina e do Deputado Ricardo Maia, quando fomos prestar as nossas condolências à família por este triste passamento.

Fomos também a Astorga, juntamente com Emilia Belinati, ver de perto os estragos causados por um tremendo vendaval, que açoitou aquela cidade, causando estragos de grande monta na área industrial e também na área residencial, principalmente nos conjuntos habitacionais onde moram pessoas de baixa renda. Esse vendaval causou destelhamento, derrubou árvores e casas. Enfim, foi um pandemônio danado.

Quero ressaltar aqui nesse momento, que a preocupação da Governadora Emilia causou uma tranquilidade ao povo daquela cidade, principalmente ao Prefeito João Zampier, que viu na ação do governo a preocupação imediata em socorrer as pessoas, que sofreram com as perdas materiais daquele vendaval.

Um detalhe, é que conversando com o Chefe da Casa Militar, Antônio Borges Vieira, ele é coordenador da Casa Civil do Estado do Paraná, dizia ele que o Paraná, apesar de um Estado moderno, avançado, exemplo da Confederação, não possui um Fundo de Defesa Civil. E aí foi que nos inspiramos e vamos trazer a esta Casa de Leis e, tenho certeza, que os nobres Pares vão abraçar esse projeto, porque precisamos criar esse Fundo de Defesa Civil.

Esse Fundo de Defesa Civil, que vai receber recursos tanto na área do Governo, quanto da área privada, vai ser uma quantia não sabemos quanto, mas tenho certeza que vai facilitar e muito quando o Estado

precisar fazer um socorro, como é o caso de Astorga. O seu Prefeito João Zampier está fazendo um levantamento, o Corpo de Bombeiro já adiantou alguns números, passam de dois milhões de reais os recursos necessários, apesar de a COPEL, a SANEPAR, a COHAPAR também, todos os órgãos do Governo estão trabalhando com muita rapidez, procurando diminuir o sofrimento daquela gente.

Mas é preciso desembolsar dinheiro. E arrumar dinheiro aonde? A Defesa Civil existe num trabalho voluntariado, mas não tem recursos disponíveis. Como esse Fundo Estadual de Defesa Civil, com certeza, quando enfrentarmos novas catástrofes, como vendavais, enchentes, incêndios, poderemos então lançar mão desse Fundo, que será uma verba que estará disponível, justamente, Senhor Presidente, para casos assim, para cobrir esses estragos causados pela natureza.

Então, vamos encaminhar, este ano estamos terminando o nosso exercício, mas vamos encaminhar no início do ano que vem, um projeto de lei; espero contar com os Senhores Deputados, para criarmos este Fundo Estadual de Defesa Civil. Aí teremos condições de o Estado, quando necessitado, trabalhar rapidamente, disponibilizar os recursos imediatamente, evitando burocracias e evitando o que está acontecendo hoje. Astorga precisa de recursos imediatos e o Governo tem interesse e vontade de agir, mas onde buscar o dinheiro? Não se sabe onde buscar o dinheiro.

Então, com este Fundo de Defesa Civil, teremos esses recursos disponíveis, prontos para serem sacados imediatamente, para socorrer as pessoas, que, por acaso, venham a sofrer danos com acidentes dessa natureza.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Prestando bem atenção, apurando os ouvidos, há pouco ouvimos a manifestação das ruas. Falei num dos meus pronunciamentos que esta Assembléia pagaria caro se não tivesse sensibilidade para a manifestação surda, muitas vezes, que existe dentro da sociedade.

Me lembro do regime autoritário que governava através de decretos-lei, o atual Governo federal usa e abusa do instrumento das medidas provisórias para governar.

Tudo isso tem cheiro de autoritarismo e resquícios ditatoriais.

E agora há pouco, Senhores Deputados, na mesa, já se encontra um requerimento para que possamos transformar a Assembléia em Comissão Geral, para apressarmos as votações de determinados projetos, alguns há anos dormitando nesta Casa. Este expediente que tem se repetido, aqui nesta Casa também traz, no intestino, o

cheiro do autoritarismo! Falo em meu nome e me rebelo contra esse expediente.

A sociedade paranaense, toda ela, está se colocando contra este projeto governamental a respeito da cobrança sobre os veículos automotores.

Não há segmento desta sociedade que não tenha se rebelado contra essa pretensão governamental, que gaste muito e mal, de um lado!.

Este governo é um leão para arrecadar, agora, para pagar é um governo lesma!

Todo mundo sabe das dificuldades que, em defesa do Paraná, dizem que são nacionais, as dificuldades existem, mas existe uma fúria uterina desse governo para receber.

Antecipação dos royalties; desmonte do patrimônio construído por gerações de paranaenses.

Existe uma causa central, um objetivo imediato, pouco dando ouvidos àquilo que falo da manifestação surda das ruas. Mas o buzinaço está aí. Não se concebe de um governo para cobrir, talvez tudo aquilo que gastou com propaganda e publicidade está fazendo uma monumental operação “raspa tacho”. É uma fome pantagruélica que esse governo tem mostrado ao longo desse ano de 1999.

Rebello-me que se passe por cima das comissões onde todos os projetos devem ser discutidos e transformada essa Assembléia numa grande comissão geral.

Por quê fazem isso? Porque é uma maioria que existe nessa Casa. Tudo que essa maioria pretender, ela, com o mínimo de esforço, conseguirá.

Tudo.

Senhor Presidente, rebello-me, não concordo com essa continuada e repetida transformação desse Plenário em Comissão Geral.

Para analisar as coisas que dormitam superficialmente, fazendo com que haja a demissão do trabalho que deve existir nas comissões.

Quero deixar aqui registrado, mais uma vez, essa discordância que tenho com esse tipo de governar.

As maiorias quando são democráticas, quando se submetem a ampla discussão como deveria ser feito agora em todo o Paraná com relação ao IPVA.

Senhor Presidente, estou terminando e o tempo é exíguo para que eu possa continuar o meu pronunciamento. Certamente voltarei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Não há mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Waldyr Pugliesi coloca, nesta manhã, em discussão, essa questão de transformar a Assembléia

Legislativa em Comissão Geral de Plenário, em especial para discussão o IPVA.

Evidentemente sabemos também que um dos objetivos para transformar a Assembléia em Comissão Geral é para discutir as emendas das propostas da Lei Orgânica do Ministério Público.

Quero dizer que, nesse caso específico do IPVA, não enxergamos nenhuma necessidade de transformar a Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, já que corre a notícia de um requerimento seria apresentado no dia de hoje para que, na segunda-feira fosse discutido, analisado, votado e, se aprovado a Assembléia transformar-se-ia em Comissão Geral de Plenário para apreciação do Projeto nº 606/99.

Digo que não vejo necessidade alguma, porque o projeto já transitou nesse Plenário em primeira votação, já transitou em 2ª Discussão, quando recebeu emendas de Plenário e retornou à CCJ, onde certamente se não hoje, amanhã, domingo, certamente na segunda-feira, se assim entender os Deputados do Governo, a CCJ terá quórum. Porque afinal de contas o Governo mantém a maioria e, na segunda-feira, a nível de Comissão de Justiça poderiam ser discutidas, debatidas, aprovadas, rejeitadas, aceitas ou não as emendas, poderia o Substitutivo que o Deputado Durval Amaral estará apresentando, ser discutido, aprovada e rejeitado. A matéria conseqüentemente vir também a Plenário para votação e discussão na segunda-feira. Isso qualquer um de nós que faça esse simples raciocínio pode chegar a essa conclusão.

Propor uma Comissão Geral de Plenário, para um projeto que já está quase final de 2ª Discussão, é realmente desmerecer o trabalho da CCJ e, sobre esse assunto já se debruçou por diversas vezes, que já em muitas oportunidades analisou mesmo que parcialmente esta proposta e que terá certamente na segunda-feira, se convoca for pelo presidente Basílio Zanusso, as condições de se reunir com os Deputados do Governo e com a presença da Oposição, para discutir todas as emendas, o substitutivo, se houver, rejeitar, aprovar e encaminhar o projeto para a deliberação do Plenário na própria segunda-feira.

Portanto, vejo que transformar o Plenário em Comissão Geral para discutir as emendas que já estão sendo discutidas, algumas já até com parecer contrário do eminente Relator Durval Amaral, transformar esse Plenário em comissão e´ realmente desmerecer, desvalorizar o trabalho brilhante, que desenvolvem os Senhores Deputados da Oposição e também os Deputados do Governo, a nível da C.C.J..

Como estamos falando em IPVA, quero aqui manifestar mais uma vez o nosso desejo, o Relator Durval Amaral que disse que irá apresentar um Substitutivo Geral às Emendas de Plenário e, as emendas apresentadas a nível de C.C.J..

Gostaria que o Deputado Durval Amaral, realmente tivesse a sensibilidade necessária para ouvir os reclamos da população, dos Deputados da Oposição e

também dos Deputados que integram a base do Governo, no sentido de que possamos dar ao contribuinte uma condição verdadeira e correta de pagamento desse tributo tão significativo para o Governo do Estado e para as prefeituras municipais.

Na sessão da C.C.J. de ontem, o Deputado Durval Amaral disse que não poderia recepcionar uma das emendas, numerada com o dígito 4 (quatro), dizendo que ela contrariava as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito.

Portanto, em seqüência a isso e por deliberação do Presidente da C.C.J. apresentamos uma outra proposta de emenda que estabelece justamente um parcelamento, entre os meses de março a novembro, dentro daquilo que estabelece a Resolução 95 do CONTRAN, que é um parcelamento, que entendo, poderia ser aceito pelo Governo, porque de qualquer forma já está antecipando o pagamento. Hoje, o veículo de placa 0 (zero) pode ir até o mês de fevereiro do ano seguinte, ficaria para no máximo até novembro, do exercício do ano 2000. Já é uma forma até do Governo antecipar a sua receita e é uma forma de atender aquilo que está explicitado na Resolução 95 do CONTRAN, que permite o parcelamento entre os meses de março até o mês de novembro.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Orlando Pessuti, V. Exa. traduz o pensamento do PMDB no seu pronunciamento. Transformar o Plenário em Comissão Geral é uma faculdade que o Regimento Interno permite e a Liderança do Governo se utiliza dela. Agora, na nossa análise, o Governador Jaime Lerner, o Governo do Estado, com este ímpeto para tirar o povo do Paraná a última gota de sangue do setor produtivo que é o setor de transporte, dos proprietários de veículos, de caminhões, é que efetivamente merecem a nossa repulsa. O Governador Jaime Lerner impõe à sua Bancada aqui na Assembléia, um castigo perverso de fazer e forçar os Deputados que lhe dão sustentação a irem contra os interesses do povo do Paraná. Isso, na verdade, não é companheiro, isso não se faz com companheiro, não se faz com aliados. O que o Governador Jaime Lerner está fazendo com seus Deputados aqui, na Assembléia é algo que não se faz.

Por isso, Deputado Orlando Pessuti, vamos aqui, com a força que nos resta, tentar demover os Deputados que apóiam o Governador Jaime Lerner, da idéia de aprovar este projeto do jeito que está, tentando aprovar as emendas que apresentamos, que atendem os interesses da sociedade paranaense, que faz com que esta alta carga tributária que o povo paga, que o setor produtivo paga, seja minimizada.

Por isso vamos fazer esse trabalho, vamos tentar convencer acima de tudo o Governo do Estado, porque ele é o cruel, ele é o perverso fazendo essa judiação com os parlamentares que lhe dão sustentação nesta Casa.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Nereu Moura, agradeço o aparte de V. Exa. que traduziu bem o sentimento que move hoje todos os Parlamentares desta Casa. Nós, da Oposição, felizmente estamos livres dessa pressão do Governo do Estado do Paraná. Mas V. Exa. consegue traduzir em suas palavras aquilo que temos percebido e notado na maioria dos Deputados da base do Governo com quem temos conversado. Sabemos que a maioria poderá até votar a proposta do Governo, mas o fará de forma contrariada, constrangida porque sabe que está repassando para o contribuinte uma carga pesada de tributos, uma responsabilidade já para os meses de janeiro, fevereiro e março, justamente um período em que as pessoas estão sobrecarregadas pelos encargos de final de ano e pelos encargos costumeiros do início do ano: matrícula escolar, material didático, contribuição profissional, IPTU, enfim, todas aquelas coisas que no mês de janeiro e fevereiro sobrecarregam a pessoa física ou mesmo a pessoa jurídica estabelecida dentro do Estado do Paraná ou do país.

Portanto, Senhor Presidente, faço mais uma vez um apelo de que nós, na segunda-feira, reunidos na C.C.J., possamos debater à exaustão essa questão do IPVA, analisando todas as emendas, e que não transformemos, no caso do IPVA, especificamente, a Assembléia em Comissão Geral. O Projeto já tramitou em segunda discussão, já está com todas as emendas apresentadas, basta apenas e tão somente mais uma reunião da Comissão de Justiça para que o projeto possa vir a Plenário, ser discutido o projeto, serem discutidas as emendas, de forma coletiva ou de forma individualizada, discutindo o Substitutivo Geral e, ao final, cada um de nós emitirmos o nosso voto que esperamos seja um voto favorável a esse parcelamento, pelo menos, de março a novembro e aquele desconto que estamos propondo de 20% para pagamento de cota única no mês de fevereiro.

Consulto a Liderança do PDT se posso fazer uso do seu Horário.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Pessuti, não quero quebrar uma regra estabelecida nesta Casa, de não cedência do horário de partidos, mas V. Exa. poderá usar se assim for o caso, a Liderança da Oposição.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Consulto o Líder da Oposição se me permite alguns minutos.

O SR. EDGAR BUENO

Gostaria de solicitar ao Presidente desta Casa em exercício, que adotasse o mesmo comportamento que adotam todos outros Presidentes na cedência de espaço de liderança de um partido para outro. Ao longo dos 5 anos que estou nesta Casa sempre foi desta maneira inter-

pretada pelo Presidente e gostaríamos que o senhor acatasse.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado, gostaria que V. Exa. entendesse a minha posição na Mesa, a Assembléia Legislativa adotou o princípio definido inclusive pelo Regimento de não cedência do horário de um partido para outro partido. No entanto, o que está se adotando é a possibilidade que o Deputado Orlando Pessuti possa continuar usando o horário da Liderança das Oposições. Se V. Exa. ceder o horário ele poderá continuar falando.

O SR. EDGAR BUENO

Concordamos então, que o Deputado Orlando Pessuti use o horário das Oposições.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao Deputado Edgar Bueno por nos ceder o Horário da Oposição, e agradeço ao Presidente Caíto Quintana por deferir a utilização deste horário, e de imediato concedo ao Deputado Hermas Fonseca o aparte que me solicita.

O Sr. Hermas Fonseca

Meu caro Deputado, o § 2º, do artigo 107, do Regimento Interno diz o seguinte: “O Requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação, decorridas 24 horas de sua apresentação, e deverá conter desde logo o objeto, o dia e a hora da reunião”.

Veja, Vossa Excelência que o requerimento da base do Governo para transformar essa Assembléia em Comissão Geral, é inócuo, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça vai se reunir na segunda-feira, antes da deliberação deste próprio requerimento.

Não vemos razão nenhuma para que esta Casa aprove este requerimento; já está marcada a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, para segunda-feira, para apreciar as matérias relevantes, inclusive o IPVA e a Lei Orgânica do Ministério Público.

Então, não podemos atropelar mais as coisas nesta Casa. Estou vendo a pauta aqui de hoje, tenho um projeto da mais alta significância que é o objeto inclusive de interesse da CPI do Narcotráfico. Está nesta Casa desde junho, e tem projeto que entrou nesta Casa protocolado no dia 6 de dezembro e já está em votação hoje. É claro que quem faz a pauta é a Mesa, é a Presidência da Casa, mas o que está havendo aqui é uma discriminação contra a Oposição. Um projeto que tem relevância, objeto de pedido da Comissão da CPI ao Governo do Estado para criar um programa de proteção às testemunhas, desde junho não vem.

Agora, estou vendo um projeto que interessa ao Judiciário, a reformulação da taxa judiciária, chegar a esta Casa e protocolar no dia 6 de dezembro, já estamos

votando. Então, é isso que estamos querendo, transformar o Executivo no verdadeiro legislador deste Estado.

Esta prerrogativa é do Poder Legislativo, e quem deve legislar, fazer as leis é esta Casa e não o Executivo deste Estado.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao Deputado Hermas Fonseca pelo aparte que me faz, e me chega às mãos a cópia do requerimento já protocolado à Mesa, para que o Plenário se transforme em Comissão Geral, evidentemente a partir da Sessão do dia 13 de dezembro, segunda-feira. O que me causa preocupação maior é que se pede a transformação do Plenário em Comissão Geral para analisar o Plano Plurianual, não sei até se regimentalmente isso é possível, porque tanto o Orçamento Geral como o Plano Plurianual tem um rito especial de tramitação da Casa, através da Comissão de Orçamento, é uma coisa que deveremos questionar. E o que causa mais estranheza ainda e preocupação, Deputado Hermas, é que aqui também se pede Comissão Geral de Plenário para o projeto de autoria do Deputado Algaci Tulio, que altera o gerenciamento do transporte coletivo, que tira do TSTC, do DER, o gerenciamento metropolitano do transporte coletivo e atribui à URBS, a Urbanização de Curitiba, se não me falha a memória.

Então, tem algumas coisas que nos preocupam.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pessuti, a preocupação da Liderança do Governo, e V. Exa. é um dos mais antigos Deputados desta Casa, com maior experiência, V. Exa. sabe muito bem de que o IPVA, ao longo da história, pelo menos o tempo que estou aqui, sempre chegou aqui na última semana, não só no nosso Governo mas em governos anteriores.

Tivemos a preocupação quanto à questão do IPVA, que o IPVA chegasse aqui o quanto antes possível, para que tivéssemos oportunidade de discutir o IPVA com o tempo necessário.

Quanto a questão do Plano Plurianual, quero aqui colocar claramente, acho que houve uma falha da Mesa em não ter colocado o Plano Plurianual junto com o orçamento. E a preocupação, quero deixar muito bem claro aqui, o porque de estarmos entrando com este requerimento.

Estamos nos salvaguardando, queremos votar todos os assuntos, as mensagens que estão na Casa no período normal, não queremos que por uma eventualidade esta Casa venha ser convocada extraordinariamente e que a culpa seja da Liderança do Governo.

Então, a esta atitude de transformação em Comissão Geral é uma prevenção contra uma convocação extraordinária, isso, é claro, é a minha posição desde o início, se por uma eventualidade esta Casa for convocada, poderá ser convocada pelo Presidente ou pelo Governo do Estado, se tiver um assunto novo que venha exigir esta

convocação. Mas, por questões que estão na Casa, gostaria que não fosse convocada a Assembléia para que, V. Exa. sabe muito bem de que todas as vezes que se convoca esta Casa os Deputados são criticados por haver esta convocação. Por isso, estou me prevenindo contra uma convocação, é somente esse o objetivo.

Quando, ao horário gostaria que V. Exa., me permitisse, já que foi aberta essa exceção, talvez, se for preciso, lhe farei o Horário da Liderança do Governo para V. Exa. fazer uso.

Só gostaria de colocar aqui que nunca, nesta Casa, o Projeto do IPVA teve tanto tempo para ser discutido, inclusive num acordo, que é até anti-regimental, porque o projeto do IPVA teve tanto tempo para ser discutido, inclusive num acordo, o qual estamos respeitando, num pedido de vistas do Deputado, se não me falha a memória, Nereu Moura, foi concedido o pedido de vistas, só que temos que lembrar, que temos apenas segunda e terça feira para encerrarmos o ano letivo. Então, que fique bem claro, que a intenção da Liderança do Governo em colocar todos esses projetos e transformando em Comissão Geral, é para não termos uma convocação extraordinária, se houver a convocação que não seja por motivos de atraso de projetos que estão aqui na Casa há vários meses.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Valdir Rossoni, entendo perfeitamente as colocações de V. Exa. e não discordo delas. Agora, também devo dizer que toda a argumentação que V. Exa. faz não é justificativa para que tenhamos que transformar a Assembléia em Comissão Geral de Plenário, por que, repito, o Projeto do IPVA, falta apenas uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que certamente acontecerá na segunda feira, para vir à deliberação do Plenário. Pessoalmente, até acredito que na segunda feira vamos ter a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Como o projeto já tramitou em 2ª discussão em Plenário, já tramitou na C.C.J. em função destas emendas de Plenário, certamente que voltará a Plenário e a ele não poderá ser mais oferecida emenda alguma e terá que ser discutido e votado e a aprovação para que ele seja discutido em Comissão Geral de Plenário perderá sentido, com toda a clareza.

Vejo isto também na questão do Plano Plurianual. É um projeto que tem um rito especial de tramitação na Casa, o presidente Caíto Quintana estabeleceu um prazo para as emendas até o próximo sábado. Conversando com o Deputado Silvestri, que é o presidente da Comissão de Orçamento e o Deputado Durval Amaral, temos informações que na segunda-feira, durante o dia, estas emendas serão analisadas e se produzirá, certamente, um Substitutivo Geral para ser apreciado ainda na segunda-feira, em Sessão Ordinária ou Extraordinária.

Então, teremos a segunda, a terça e também a quarta-feira porque o dia 15 é o último dia de trabalho da Assembléia e normalmente se faz as sessões Ordinárias e

Extraordinárias que são necessárias e, ao final, se faz o fechamento do período.

Temos 3 dias inteiros para a discussão, votação, deliberação, temos a possibilidade de fazer duas, três Sessões Extraordinárias por dia. Temos 3 dias mas podemos realizar 5, 6, 10 sessões plenárias e darmos cabo a todas estas questões. Não vejo necessidade de transformação deste Plenário em Comissão Geral.

O PPA é um rito especial, virá um certamente e a este substitutivo não caberá mais emends, como também foi o caso do substitutivo do Orçamento. As emendas são possíveis agora, depois não. Então, segunda-feira votando o substitutivo do PPA, na terça-feira a 2ª votação e a 4ª a redação final. Está liquidado o assunto, não há necessidade de Comissão Geral.

Ministério Público: O Projeto tramitou já em 1ª, está em 2ª, já recebeu emendas, subemendas de Comissão, passa também a ser deliberado a nível Comissão o substitutivo que está sendo proposto pelo Deputado Basílio Zanusso para que na segunda-feira venha para a 2ª votação sem mais possibilidade de emendas. Terça-feira para a 3ª votação e Redação Final na quarta-feira.

Cálculo judiciário, taxa judiciária: Já foi apresentado e se não receber emenda nenhuma também não precisará de Comissão Geral.

O IPVA não tem necessidade de Comissão Geral. E, o Projeto de transferência do gerenciamento do transporte coletivo do DER para a URBS nem com Comissão Geral entendo que deveremos apreciar este ano porque é, sem sombra de dúvida, um projeto que carece de uma discussão mais aprofundada porque tira uma série de atribuições do Estado, as transfere para o Município de Curitiba e entendemos que isso tem que ser mais discutido, inclusive já debatemos isso com o Deputado Strapasson que já foi prefeito da Região Metropolitana, é Deputado Estadual da Região Metropolitana. Já conversamos com outros Deputados da Região Metropolitana e este assunto está devidamente esclarecido, discutido, e não produziu até agora o necessário convencimento para que possamos votá-lo, seja em Comissão Geral ou seja em processo de discussão normal, aqui na Casa.

Portanto, Senhor Presidente, agradeço mais uma vez a V. Exa. por nos ter permitido utilizar horário além da liderança do PMDB. Cumprimento o Deputado Waldyr Pugliesi pelo seu pronunciamento, agradeço os apartes que me fizeram os Deputados Nereu Moura, Hermes Fonseca e Valdir Rossoni, mas, insisto mais uma vez, Deputado Valdir, que V. Exa. procure demonstrar ao Governo do Estado que o Paraná não estará perdendo receita nenhuma se adotar um critério de recebimento do IPVA nesta modalidade de parcelamento do mês de março ao mês de novembro. Ele estará dando sim uma demonstração de respeito, uma demonstração de consideração ao contribuinte que, se tiver que pagar nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, como é a proposta original do Governo, ele certamente estará sendo penalizado ao extremo porque ninguém agüenta esta carga tributária,

todos estes tributos, taxas, impostos que todos temos no início do ano.

É um apelo que fazemos aos Deputados do Governo aos Deputados da Oposição para que busquemos nesta quinta, sexta, sábado, domingo e segunda-feira, chegarmos a este entendimento. Tenho conversado com diversos Deputados do Governo e eles estão dispostos a ajudar neste processo para que o parcelamento seja um pouco maior, um pouco mais elástico, de forma a satisfazer também as necessidades daqueles que contribuem com este tributo.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PDT, PSDB, PST, PSL, PSB, PFL, PT, PPB, PTB, Liderança do Governo. (**Todos Declinaram**).

A Mesa registra a presença do ex-Deputado Estadual, Otássio Pereira, hoje na rádio TV Educativa e aproveito para lembrar que o Deputado coloca o seu programa das 06:10 da manhã às 09:15 todos os dias, à disposição dos Parlamentares, quando necessários falar sobre algum assunto.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerra a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2753, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Antonio Baratter, Divanir Braz Palma, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 13 do corrente mês, em Comissão Geral de Plenário, para votação relativa aos Projetos de Lei nºs 015/96, 501, 634, 606 e 562/99. Recebido na forma do Art. 107 do Regimento Interno.

A Mesa esclarece aos Senhores Deputados, até por alguma interpretação errônea, a respeito da questão de votação no dia de hoje - o projeto não volta no dia de hoje, segundo o Art. 107, § 1º, do Regimento Interno da Casa, a Assembléia será constituída em Comissão Geral com aprovação da maioria absoluta de votos. O requerimento propondo a constituição da Assembléia será submetido a discussão e votação decorridos 24 horas da sua apresentação e deverá desde logo conter objeto, dia e hora da reunião. O requerimento tem objeto, dia e hora da reunião, será votação na segunda-feira e a Mesa esclarece que qualquer projeto enumerado que eventualmente



tenha sido votado na CCJ na segunda-feira de manhã, evidentemente perderá o objeto de votação, se eventualmente for aprovado o requerimento na sessão de segunda-feira.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de consultar a Mesa se é de conhecimento desta Presidência uma reunião nesta segunda-feira do CADE, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aqui nesta Casa, até porque este assunto é de interesse da Comissão de Defesa do Consumidor?

#### O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Esta Mesa desconhece. Se a reunião for em Comissão, talvez, mas particularmente desconheço a reunião.

A Mesa recebe o requerimento na forma do Art. 107 do Regimento Interno. Transfere votação, portanto, para segunda-feira.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### ITEM 01

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário de nº 01 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 378/99

A presente emenda tem por finalidade suprimir o artigo 2º do Projeto de Lei nº 378/99, renumerando o artigo 3º como artigo 2º.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) ALGACI TULIO

#### Apoiamento:

Orlando Pessuti, Antonio Baratter, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati e 01 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

As providências administrativas decorrentes da aprovação do projeto de lei serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar.

**O projeto retorna à C.C.J..**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria a CIRETRAN no Município de Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. E C.S.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário de nº 01 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 410/99

Pela presente proposição de emenda, altera-se a redação do artigo 1º, da redação original do Projeto de Lei nº 410/99, e suprime-se o parágrafo 1º deste artigo, renumerando o parágrafo 2º, como parágrafo único, conforme segue:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Terra Rica, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito.

Parágrafo Único - A CIRETRAN de Terra Rica terá área de abrangência os Municípios de Terra Rica e Guairacá.

Art. 2º -.....”

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

#### Apoiamento:

Antonio Baratter, Ademar Traiano, Hermas Brandão e Geraldo Cartário.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Modificativa e Supressiva justifica-se tendo em vista que sendo de competência do Poder Executivo a criação de órgãos dentro da administração pública direta, não poderia o Poder Legislativo impor providência ao Chefe daquele Poder.

**O projeto retorna à C.C.J..**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que altera a Lei nº 12.606/99, de 06.07.99, CIRETRAN de Quedas do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Hospital de Caridade São Francisco de Assis, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município

de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 16.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 575/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Hospital de Caridade São Francisco de Assis, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a redação da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, que criou o Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 178, de 24.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 605/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, que criou o Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2748 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 605/99 por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada por 05 (cinco) sessões o Projeto de Lei nº 605/99.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Colo-

rado, com sede e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 181, de 29.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 607/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Colorado, com sede e foro no Município de Colorado-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Congonhinhas, com sede e foro no Município de Congonhinhas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no 181, de 29.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 608/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Congonhinhas, com sede e foro no Município de Congonhinhas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação União e Consciência Negra de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 182, de 30.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 619/99

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação União e Consciência Negra de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 630/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção dos Autistas - APROAUT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 184, de 01.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 630/99

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção dos Autistas - APROAUT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a Mesa, requerimento nº 2750, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2751, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2752, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Senhores Deputados, essa Mesa informa e lembra aos nobres Pares que hoje, às 15:00 horas do dia 09, no

Plenário desta Casa, aprovado o Projeto do Deputado Carlos Simões, haverá Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Adelar Bertussi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

## VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002/98 e 378/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 581 e 593/99.

3½ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 202, 483, 575, 607, 608, 619 e 630/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 494, 578 e 614/99.

Levanta-se a sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 047ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE DEZEMBRO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

Às onze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés

Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Requerimento:

##### REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja adiado por 10 sessões, o Projeto de Lei nº 633/99, que altera parcialmente a Lei nº 7.567/82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

O referido adiamento se justifica pelo fato de que o Projeto de Lei nº 633/99, trata de matéria complexa, dispondo sobre previdência complementar dos servidores do Poder Judiciário, alterando as Leis 7.567/82, 10.546/93, 8.678/87, 7.666/82 e o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Destaca-se ainda, que o referido projeto teve uma tramitação meteórica nesta Casa, sendo protocolado no dia 06/12/99 (segunda-feira), passou pela CCJ no dia 07/12/99, terça-feira, e hoje já se encontra na pauta em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 09.12.99.

(aa) HERMES FONSECA  
LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Edgar Bueno, Orlando Pessuti e Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 477/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Umberto Bastos Sachelli. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 513/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Projeto Vida Amparo Social aos Carentes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado.**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 565/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de General Carneiro. **Aprovado.**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 571/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá no Município de Paranaguá. **Aprovado.**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 594/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Clube dos XV - Clube Esportivo e Recreativo Veteranos de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a ADEFIMAR - Associação dos Deficientes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 642/99, de autoria do Poder Judiciário, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Guarapuava, estabelece a Jurisdição das Varas de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios das Comarcas de Entrância Final e da Comarca de Guarapuava.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a

contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 40, de 10.05.99)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 226/99**

**P A R E C E R :**

De autoria do nobre Deputado Luiz Fernandes Litro, o presente projeto de lei dispõe sobre a contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios, manifestando na exposição de motivos ser iniciativa que incentivará a arte e os artistas do Estado do Paraná.

Pelo projeto “no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos artistas contratados sejam radicados no Estado do Paraná”.

Entretanto, deve-se observar que a inclusão da obrigatoriedade dos municípios no preceito legal pretendido contraria o ordenamento constitucional e o direito administrativo brasileiro que preserva o município como entidade federativa autônoma (cfr. CF arts. 18, 29 e 30). De outro lado, por tratar-se de imposição legal, o texto do artigo 1º do Projeto de Lei 226/99, deverá adequar-se ao comandamento constitucional que ordena ser prerrogativa do Executivo a iniciativa de leis que versem sobre a administração pública (cfr. CF art. 61).

Para contornar os defeitos constitucionais e legais, apresento Emenda Substitutiva, e que desta forma poderá receber o voto favorável, nos termos previstos pela Constituição e pela lei.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**BETO RICHA** - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**EMENDA SUBSTITUTIVA AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 226/99**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 226/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Os Órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando contratarem apresentações artísticas para eventos musicais, deverão garantir que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos artistas contratados sejam radicados no Estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**BETO RICHA** - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 226/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Luiz Fernandes Litro, objetiva dispor sobre a contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios.

Podemos observar que sobre a matéria já foi apresentado parecer favorável com Emenda Substitutiva da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, conforme determina o § 3º, do art. 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável com a inclusão da Emenda Substitutiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.99.

(aa) **JOSÉ MARIA FERREIRA** - Presidente  
**ELIO RUSCH** - Relator

**ITEM 09**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 610/99, de autoria dos Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a instituir no Município de Piraí do Sul, como pólo turístico religioso - Santuário de Nossa Senhora das Brotas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.T.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 181, de 29.11.99).**

**COMISSÃO DE TURISMO**  
**PROJETO DE LEI Nº 610/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria dos ilustres Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Município de Piraí do Sul, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora das Brotas.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, observamos como bem consta da justificativa do projeto em tela, que o Município de Piraí do Sul, necessita dotar-se de infra-estrutura suficiente e adequada para atender a demanda de peregrinos. A presença do turismo peregrino movimenta toda a cidade, os estabelecimentos comerciais serão beneficiados. Todo este potencial ajudará para o desenvolvimento do município.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) **ELIO RUSCH** - Presidente  
**ANTONIO BARATTER** - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

## PROJETO DE LEI Nº 610/99

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Município de Piraí do Sul, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora das Brotas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera, parcialmente, a Lei nº 7567/82, que criou Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, as leis que alterou e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 186, de 06.12.99).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 633/99

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 633/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa alterar dispositivos da Lei nº 7567/82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal,

constitucional ou regimental para a tramitação da matéria nesta Casa de Leis.

Isto posto, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2754, de autoria do Senhor Deputado Hermes Fonseca e Senhora Deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Orlando Pessuti e Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 633/99, constante da Ordem do Dia de hoje. **Rejeitado.**

## O SR. EDGAR BUENO

Verificação de votação.

## O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Deputados rejeitam.

**Rejeitado o requerimento.**

Está em votação o projeto.

**Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 13, logo após a Sessão Ordinária.

Levanta-se a sessão.